

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.603 - SC (2019/0328166-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADOS : **LUIZELENA TOMAZELLI - SC025982**
 MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
 THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844
RECORRIDO : **C L A (MENOR)**
REPR. POR : **C A**
ADVOGADO : **GUSTAVO BOGO VOLPATO - SC048989**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. INEXISTÊNCIA DE APLICAÇÃO QUANDO HOVER O PAGAMENTO NO PRAZO LEGAL. OCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO NO STJ. AFASTAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LUCIANO GAUDERETO MOREN SCAPIM, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurge contra acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina assim ementado (e-STJ, fl. 255):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA SEGURADORA. PLEITO DE REFORMA DA DECISÃO PARA AFASTAR A OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DO REAJUSTE MONETÁRIO INCIDENTE SOBRE A INDENIZAÇÃO PAGA EXTRAJUDICIALMENTE. ALEGAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DO CONSECUTÁRIO OR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL E DE QUITAÇÃO ADMINISTRATIVA DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO ART. 5º, § 1º, DA LEI N. 6.194/1974. IRRELEVÂNCIA. SEGURADO QUE TEM DIREITO À ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR DEVIDO DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. INTELIGÊNCIA DAS SÚMULAS 580 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E 47 DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

ARGUMENTO DE NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. TESES DE QUE NÃO HOUVE INADIMPLÊNCIA OU PRÁTICA DE ILICITUDE. REJEIÇÃO. ENTENDIMENTO SUMULADO DO STJ QUE DETERMINA A FLUÊNCIA DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. PRECEDENTES DESTA CORTE. "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação" (Súmula 426 do STJ, Dje 13-5-2010).

FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, §§ 1º E 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. SENTENÇA PUBLICADA APÓS A VIGÊNCIA DO ATUAL DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA.

No recurso especial, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 5º, §§ 1º e 7º, da Lei n. 6.194/1974.

Esclarece que se opõe ao acórdão que fixou correção monetária na indenização securitária, sem razão jurídica para tanto. Sustenta não caber a aplicação da Súmula 580/STJ, pois não deve incidir correção monetária entre a data do sinistro e do pagamento administrativo, quando a seguradora observar os prazos legais para pagamento especificados na lei regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT.

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 289).

Juízo positivo de admissibilidade do recurso especial (e-STJ, fls. 584-589).

Brevemente relatado, decido.

O acórdão entendeu pelo cabimento de correção monetária da indenização oriundo do seguro obrigatório DPVAT, embora tenha havido o pagamento na via extrajudicial dentro do prazo legal.

Confira-se (e-STJ, fls. 259-263):

Tem-se como ponto incontroverso, porque não impugnado pelas partes, a ocorrência de um acidente de trânsito do qual a apelada foi vítima em

11-3-2018 (p. 18-27), que lhe resultou ofensa à integridade física.

Igualmente incontestado o adimplemento extrajudicial do seguro obrigatório no importe de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), realizado em 20-6-2018 (p. 116), sem qualquer atualização monetária.

A controvérsia, portanto, cinge-se em averiguar o direito da apelada à incidência da correção monetária sobre o valor pago administrativamente, assim como dos juros de mora.

Sobre tais pontos debruçar-se-á a presente decisão. Adianta-se, desde já, que o apelo não merece provimento.

I - Da incidência da correção monetária:

A recorrente almeja a reforma da sentença recorrida para não ser condenada ao pagamento da atualização monetária incidente sobre os valores adimplidos administrativamente em favor da apelada, sob o argumento de que a cobertura securitária em apreço é fixada por lei e não está sujeita à correção

[...].

monetária, motivo pelo qual não compete ao Poder Judiciário legislar sobre a matéria. Além disso, defende a impropriedade da atualização monetária em razão do pagamento administrativo ter sido feito dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias posteriores à comunicação do sinistro.

Entretanto, sob qualquer prisma, razão não assiste à recorrente.

Imperioso destacar que o tema da correção monetária nas ações de seguro obrigatório Dpvt já foi apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Representativo da Controvérsia n. 1.483.620/SC, no qual se decidiu, por unanimidade, fixar a incidência da atualização monetária desde a data do evento danoso. Veja-se:

[...]

Por conseguinte, tendo como norte que o intuito da correção monetária é recompor o prejuízo do poder aquisitivo da moeda com o decurso do

tempo, sua incidência sobre o montante devido deve prevalecer inclusive quando o pagamento extrajudicial é realizado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, tal qual previsto no art. 5º, § 1º, da Lei n. 6.194/1974, motivo pelo qual não merece acolhimento a insurgência da apelante.

Nesse sentido, merece guarida o pleito recursal da seguradora, pois o pagamento foi feito dentro do prazo legal. Com efeito, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a indenização do seguro DPVAT deverá ser acrescida de correção monetária somente quando não for paga no prazo legal, de modo a permitir a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo (AgInt no AREsp 1.492,366/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 5/9/2019, DJe 25/9/2019).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. PAGAMENTO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE DENTRO DO PRAZO LEGAL. VERBA HONORÁRIA. CRITÉRIO DA EQUIDADE. TEMA NÃO DEBATIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211 DO STJ. RECURSO

MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A Súmula 580/STJ dispõe que "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso." 3. O pagamento administrativo foi efetuado dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias não sendo devida a correção monetária, pois ela seria devida somente nas hipóteses de recebimento de eventual pagamento administrativo a menor ou se a seguradora não tivesse cumprido o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, o que não é o caso dos autos 4. A matéria referente a fixação da verba honorária em consonância com o critério da equidade não foi objeto de debate prévio nas instâncias de origem. Ausente, portanto, o devido prequestionamento nos termos da Súmula nº 211 do STJ.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1497284/SE, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 03/10/2019)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de, afastando a incidência de correção monetária sobre o valor da cobertura securitária relativa ao seguro DPVAT paga administrativamente dentro do prazo legal, julgar improcedente a demanda.

Em razão do acolhimento da pretensão recursal, condeno a autora, ora recorrida, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade, porquanto beneficiária da gratuidade de justiça (art. 98, § 3º, do CPC/2015).

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator